

## VOTO-VISTA

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS* .  
PRISÃO PREVENTIVA. INSUBSISTÊNCIA DOS  
FUNDAMENTOS. EXCESSO DE PRAZO.  
DEFERIMENTO DA ORDEM, DE OFÍCIO.

1. A manutenção da prisão preventiva, por tempo indeterminado, resulta em verdadeiro cumprimento antecipado da pena, em desrespeito ao que decidido pelo Plenário desta Corte nas Ações Diretas de Constitucionalidade nº 43/DF, nº 44/DF e nº 54/DF.

2. O longo período decorrido desde o decreto de prisão preventiva e a significativa mudança das circunstâncias de fato, resultam na insubsistência dos fundamentos que justificaram a custódia, cabendo a

o Juízo de origem, caso, motivadamente, entenda necessário, a imposição de medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

3. Agravo regimental ao qual se dá provimento.

### **O SENHOR MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA:**

1. Trata-se de agravo regimental, protocolado por Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho, contra decisão do eminente Ministro Relator, pela qual, em 13/12/2021, não conheceu do *habeas corpus* , nos termos do art. 21, § 1º, do RISTF.

2. Neste agravo regimental, aprecia-se a prisão preventiva decretada pelo Juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, no processo nº 5063271-36.2016.4.04.7000, mantida, no âmbito do STJ, pelo Relator da Pet nº 14.223/DF.

3. O agravante foi denunciado, no âmbito da Operação Lava Jato, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no contexto de fraudes ocorridas durante a execução do contrato de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), celebrado entre a Petrobras S/A e o Consórcio Terraplanagem Comperj, integrado pela construtora Andrade Gutierrez.

4. O Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, no processo nº 5063271-36.2016.4.04.7000, determinou a prisão preventiva do agravante, **em novembro de 2016** . Condenou-o, **em março de 2017** , à pena de 14 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 250 dias-multa. **Negou o direito de recorrer em liberdade**. Por sua vez, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou provimento à apelação.

5. A defesa buscou, no STJ, a revogação da custódia, nos autos dos Embargos de Divergência no REsp nº 1.786.891, sendo a petição autuada como Pet nº 14.223/DF. O Relator indeferiu o pedido, em 10/05/2021. Contra essa decisão, impetrou-se o *habeas corpus* perante o Supremo Tribunal Federal.

6. O eminente Ministro Edson Fachin assentou ser incabível o *habeas corpus* , uma vez voltado contra decisão individual de Ministro do STJ (CRFB, art. 102, inc. I, al. "i"). Disse não ser o caso de concessão da ordem de ofício, diante da ausência de ilegalidade flagrante. Entendeu, sob pena de supressão de instância, cumprir ao Juízo que determinou a medida proceder à reavaliação da necessidade da prisão, no termos do art. 316, parágrafo único, do CPP.

7. No presente agravo regimental, a defesa sustenta a existência de flagrante ilegalidade decorrente de prisão preventiva decretada pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR. Afirma encontrar-se o agravante preso há mais de 5 (cinco) anos, sem que tenha ocorrido o trânsito em julgado de sua condenação. Aduz que não mais subsistem os fundamentos do decreto prisional, tendo a segregação preventiva, no momento, apenas a finalidade de cumprimento antecipado de pena. Articula com o fato de que Sérgio Cabral não exerce cargo público há vários anos, de modo que sua capacidade de influência estaria reduzida e não ensejaria a necessidade de prisão cautelar. Saliencia inexistir notícia de fato novo ou contemporâneo

capaz de motivar a manutenção da custódia. Ressalta ser o único réu da denominada Operação Lava Jato que não teve a prisão preventiva abrandada ou substituída por medida cautelar diversa. Defende ser necessária a revogação da medida diante do risco à integridade física e psíquica do paciente.

É o relatório.

**Decido.**

8. De início, convém destacar que o *habeas corpus* volta-se **contra decisão individual de Ministro do STJ. Inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao Supremo Tribunal Federal examinar a questão de direito versada na impetração (CRFB, art. 102, inc. I, al. "i")**. O caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental, cabível na origem. Nesse sentido: HC nº 115.659/PR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. 02/04/2013, p. 25/04/2013; HC nº 199.029-AgR/MA, Rel. Min. Edson Fachin, Segunda Turma j. 19/04/2021, p. 29/04/2021; HC nº 197.645-AgR/RJ, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, j. 08/04/2021, p. 16/04/2021.

9. A superação desse entendimento **é providência excepcional**, a ser implementada somente quando constatadas situações de ilegalidade manifesta, abuso de poder ou mesmo teratologia na decisão impugnada. Entendo que a providência deve ser aplicada na espécie.

10. No caso sob julgamento, entendo que os contornos da impetração demandam a efetiva análise, pelo Supremo Tribunal Federal, da juridicidade da manutenção da prisão preventiva do agravante, **avultando o fato de a constrição provisória perdurar por mais de 6 anos.**

11. A conduta criminosa atribuída ao ex-governador, **no processo nº 5063271-36.2016.4.04.7000**, refere-se à solicitação e ao recebimento de propina decorrente do consórcio constituído pelas empresas Andrade Gutierrez, Odebrecht e Queiroz Galvão, voltado à execução de serviços de terraplanagem do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro/RJ),

obra vinculada à Diretoria de Abastecimento da Petrobras S.A., cujo contrato foi celebrado em 28/03/2008 (e-doc. 53, p. 9 e sentença condenatória).

12. Nesse contexto, apontou-se a realização de reunião, entre o ex-governador e os executivos da Andrade Gutierrez, **realizada em data incerta, entre 13 de março e 19 de agosto de 2008, no Palácio Guanabara, Rio de Janeiro/R J**, ocasião em que teria sido solicitada, por Sérgio Cabral, propina referente às obras de terraplanagem do Comperj, no percentual de 1%.

13. Consta, também, que tais pagamentos ilícitos, totalizando R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), teriam ocorrido no Rio de Janeiro e em São Paulo, **entre os meses de janeiro e março do ano 2009**, por intermédio de interposta pessoa, com destino final a Sérgio Cabral.

14. Ou seja, **o contexto fático objeto do processo ocorreu nos anos de 2008 e 2009**. De outro lado, o agravante está preso preventivamente **desde 17/11/2016**, ou seja, **há mais de 6 anos**.

15. No ponto, relembro que a prisão preventiva somente é viável, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, quando presente, necessariamente, pelo menos um dos seguintes fundamentos, indicativos da razão determinante da medida cautelar: **a) a garantia da ordem pública, b) a garantia da ordem econômica, c) a conveniência da instrução criminal ou d) a segurança da aplicação da lei penal**.

16. Imprescindível, ainda, a observância, como em qualquer cautelar, do binômio **necessidade-adequação** – art. 282, incs. I e II – e a demonstração, consoante se dispõe no art. 282, § 6º, de **insuficiência da imposição de medida cautelar diversa**, previstas no art. 319 do Código Processual.

17. Deve-se ter presente, também, contemporaneidade em relação aos fatos delitivos que ensejaram a preventiva (art. 312, § 2º). **Sendo assim, a análise da sistemática estabelecida na lei demonstra ser a prisão preventiva opção excepcional à disposição do Juiz.**

18. Demonstrados a materialidade do crime e os indícios de autoria ( *fumus comissi delicti* ), bem assim a indispensabilidade da medida ( *periculum libertatis* ), o julgador, sob o prisma da **proporcionalidade** , deve avaliar, a partir do caso concreto, a **adequação** da medida (art. 282, inc. II, do CPP), observando-se a excepcionalidade ( *ultima ratio* ) da cautelar mais gravosa, a prisão — art. 282, § 6º, do CPP. **Vigora o binômio necessidade-adequação, sendo essa última a definidora da medida a ser implementada.**

19. Consoante se extrai das peças que instruem o processo, especialmente dos trechos referentes à decisão que, nos termos do art. 316, parágrafo único do CPP, reavaliou a necessidade da custódia (e-doc. 53, p. 8 e seguintes), **a prisão preventiva do agravante foi decretada para prevenir riscos à ordem pública, à aplicação da lei penal e à instrução criminal.**

20. O Superior Tribunal de Justiça, ao indeferir o pedido de revogação da prisão, mencionou, referindo-se ao que decidido anteriormente no julgamento do RHC nº 131.184-AgR/PR, que a preventiva se fundou no fato de o recorrente haver exercido mandatos de governador e senador, bem como haver sido personagem de notável relevância no cenário político nacional e fluminense por muitos anos. Disse **possível** entrever que a sua capacidade de exercer influência em negócios e articulações no âmbito federal e estadual, **em que pese o tempo considerável em que está cautelarmente segregado e destituído do poder formal** , ainda não se tenha exaurido por inteiro. Teve como presente a gravidade concreta dos crimes e a possibilidade de reiteração criminosa, afirmando a necessidade de manter a prisão preventiva com o objetivo de resguardar a ordem pública.

21. Também com relação à imprescindibilidade da prisão para assegurar a aplicação da lei penal, veja-se que a Corte Superior mencionou, como justificativa válida à manutenção da prisão, que os valores ilicitamente percebidos pelo recorrente ainda não foram inteiramente recuperados, de modo que, tendo em vista a amplitude e o grau de sofisticação das operações criminosas desveladas, pode-se presumir, com grau razoável de probabilidade, que esses valores ainda podem ser submetidos a novas condutas de lavagem de capitais. Concluiu haver fundado risco de fuga na liberdade do acusado, a impor, portanto, a segregação cautelar com o fim de assegurar a efetividade da aplicação da lei penal.

22. Com respeito às possíveis compreensões diversas, entendo que o quadro apontado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça **encontra-se dissociado do contexto fático atual**. O agravante está recolhido ao cárcere desde **17/11/2016**; não exerce mandato político desde o ano de 2014, quando renunciou ao cargo de Governador de Estado; consoante informa a defesa, teve os bens constrictos, os quais estão em fase de alienação judicial, considerados inúmeros processos a que responde; não há risco à instrução criminal ou investigação em curso, uma vez encerrada, há tempos, tal fase, sobrevindo sentença condenatória e julgamento de apelação.

23. Se, ao tempo do implemento da custódia, em 2016, era plausível observar concretamente o risco de reiteração delitiva e a necessidade de interromper as atividades delitivas, ante a efetiva influência política e o poder econômico exercidos no âmbito de grupo criminoso organizado ou nas próprias instituições públicas, o mesmo não se diga no momento atual, no que a alegada capacidade de influência revela-se, pelas próprias circunstâncias fáticas e pela passagem do tempo, reduzida ou mesmo aniquilada.

24. O que há, a essa altura, é a presunção de que o agravante seguirá a cometer crimes, o que não é admitido pela jurisprudência desta Corte como fundamento para a decretação da custódia cautelar.

25. Não se mostra razoável a manutenção da prisão, por tempo indeterminado, resultando em verdadeiro cumprimento antecipado da pena, em desrespeito ao que decidido pelo Plenário desta Corte nas Ações Diretas de Constitucionalidade nº 43/DF, nº 44/DF e nº 54/DF.

26. Destaco que a partir da Lei nº 12.403, de 2011, que deu nova redação ao art. 319 do Código de Processo Penal, o julgador tem não só o poder, mas o dever de substituir a prisão cautelar por outras medidas cautelares menos gravosas, sempre que forem adequadas ao acautelamento processual buscado.

27. Assim, a **proporcionalidade** da medida cautelar a ser aplicada no caso deve levar em conta, conforme reiteradamente enfatizado pela jurisprudência desta Corte, que a prisão preventiva é medida extrema, que somente se legitima quando ineficazes todas as demais. Nesse sentido: HC

nº 106.446/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, Red. do Acórdão Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, j. 20/09/2011, p. 11/11/2011; e HC nº 114.098/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, j. 27/11/2012, p. 12/12/2012.

28. Dessa forma, ante o longo período decorrido desde o decreto de prisão e a significativa mudança das circunstâncias de fato, nota-se a insubsistência dos fundamentos que justificaram a custódia, bem assim serem suficientes, caso necessárias, as cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

29. Ante o exposto, pedindo vênia ao e. Ministro Relator, **dou provimento ao agravo regimental, para revogar a prisão preventiva do agravante, determinada no processo nº 5063271-36.2016.4.04.7000, da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, sem prejuízo de imposição, pelo Juízo de origem, de medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP, caso, motivadamente, entenda necessário.**

É como voto.

Ministro **ANDRÉ MENDONÇA**